



hectares e noventa e seis ares), localizado no Município de Codó no Estado do Maranhão, que prevê a criação de 17(dezessete)unidades agrícolas familiares.

Art. 2º Criar o Projeto de Assentamento PA SÃO BENE-DITO DOS AFONSOS, Código SIPRA MA1046000 ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT e a Diretoria de Projetos de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD do INCRA.

BENEDITO FERREIRA PIRES TERCEIRO

RETIFICAÇÕES

Na PORTARIA/INCRA/SR-12/Nº 0040 de 12 de abril de 2002 que reconheceu o Projeto Estadual denominado PE MANGAS, localizado no município de Barreirinhas no Estado do Maranhão, publicado no D.O.U. nº 83 de 02/05/2002, Seção I, página 76, onde se lê 42 (quarenta e dois) unidades agrícolas familiares", leia-se 75(setenta e cinco) unidades agrícolas familiares .

Na PORTARIA/INCRA/SR-12/Nº 0043 de 12 de abril de 2002 que reconheceu o Projeto Estadual denominado PE RIACHINHO , localizado no município de Barreirinhas no Estado do Maranhão, publicado no D.O.U. nº 83 de 02/05/2002, Seção I, página 75 , onde se lê 20 (vinte) unidades agrícolas familiares", leia-se 86 (oitenta e seis) unidades agrícolas familiares .

Na PORTARIA/INCRA/SR-12/Nº 0050 de 13 de outubro de 2003 que reconheceu o Projeto Estadual denominado PE DESERTO , localizado no município de Barreirinhas no Estado do Maranhão, publicado no D.O.U. nº 203 de 20/10/2003, Seção I, página 120 , onde se lê 19 (dezenove) unidades agrícolas familiares", leia-se 45 (quarenta e cinco) unidades agrícolas familiares .

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 139, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ES-TADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08/04/2009 e publicada no DOU nº. 68, Seção 1, Página 67, de 09/04/2009.

CONSIDERANDO a visão ampliada de Reforma Agrária, inserta no II Plano Nacional de Reforma Agrária, onde há garantia dos direitos das populações tradicionais e ações voltadas às popu-lações ribeirinhas;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Termo de Co-operação Técnica, celebrado entre a Secretaria do Patrimônio da União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, publicado no Diário Oficial da União de 22/11/2005, no qual a SPU autoriza o INCRA a criar projetos de assentamento na modalidade agroextrativista;

CONSIDERANDO os termos das Portarias INCRA/P/nº 268 e 269, de 23 de outubro de 1996, referente aos procedimentos me-todológicos para criação de projetos agroextrativistas;

CONSIDERANDO que a modalidade de projeto em evi-dência é equiparada à unidade de conservação de uso sustentável na modalidade reserva extrativista;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo IN-CRA/SR(01)/N.º 54100.003586/2008-49 e decidiram pela regulari-dade da proposta, de acordo com os atos normativos que regula-mentam a matéria, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Utilização ou Uso do PAE Ilha Japiim Seco, criado por intermédio da Portaria INCRA/SR-01/Nº 108 de 31/12/2008, publicada no DOU de 05/01/2009.

ELIELSON PEREIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
NO ESTADO DO PIAUÍ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-24/Nº 17, de 19.05.2005, publicada no DOU 110 de 10.06.2005, Seção - 1, pág.98, que criou o projeto PA QUATRO IRMÃOS/JUREMA, com o Código PI0333000, lo-calizado no município de Pio IX, onde se lê, a criação de 63 (sessenta e três) unidades agrícolas familiares, leia-se a criação de 66 (sessenta e seis) unidades agrícolas familiares.

Ministério do Desenvolvimento Social e
Combate à Fome

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 404, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2009

Altera a Portaria nº 288, de 2 de setembro de 2009, que dispõe sobre a oferta de ser-viços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social com os recur-sos originários do Piso Básico de Transição e estabelece o cofinanciamento dos servi-ços de proteção básica para idosos e/ou crianças de até seis anos e suas famílias por meio do Piso Básico Variável, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 27, II, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no

art. 1º do Anexo I do Decreto nº 5.550, de 22 de setembro de 2005, e na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, resolve:

Art. 1º O art. 9º da Portaria nº 288, de 2 de setembro de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

" Art. 9º Parágrafo único. O Censo SUAS 2009 será utilizado como parâmetro para aferir o número de CRAS implantados pelos mu-nicípios e Distrito Federal que nele cadastraram número superior de CRAS em comparação ao Censo CRAS 2008".

Art. 2º A Portaria nº 288, de 2 de setembro de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 18-A:

"Art. 18-A. Os municípios e Distrito Federal que, após apli-cadas as regras específicas para a oferta de cada serviço constantes nos arts. 8º, 12 e 15, obtiverem o quantitativo de coletivos do Pro-jovem Adolescente - Serviço Socioeducativo suficiente para cofi-nanciar pelo menos 100% (cem por cento) de um PAIF poderão converter este cofinanciamento na proporção a seguir:

I - quatro coletivos do Projovem Adolescente - Serviço So-cioeducativo para cofinanciar um PAIF, nos municípios de pequeno porte I;

II - seis coletivos do Projovem Adolescente - Serviço So-cioeducativo para cofinanciar um PAIF, nos municípios de pequeno porte II; e

III - oito coletivos do Projovem Adolescente - Serviço So-cioeducativo para cofinanciar um PAIF, nos municípios de médio e grande porte e nas metrópoles.

§1º Será ofertado o máximo de PAIF aos municípios ou Distrito Federal que se enquadram na regra do caput, observadas as proporções de conversão por porte de município indicadas nos incisos I, II e III.

§2º O aceite do cofinanciamento a que se refere o caput deverá observar a oferta de PAIF de acordo com o referenciamento de famílias por porte do município."

Art. 3º O art. 25 da Portaria nº 288, de 2 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25. O cumprimento das responsabilidades de gestão e a preparação para a oferta com qualidade dos serviços de proteção social básica deverão ser efetuados desde a realização do aceite até 1º de janeiro de 2010." (NR)

Art. 4º O Termo de Aceite e Opção a que se refere o art. 19, § 3º, da Portaria nº 288, de 2 de setembro de 2009, ficará disponível, no sítio institucional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS na internet, no período compreendido entre 7 e 20 de dezembro de 2009, para preenchimento e/ou ajustes das opções pelos municípios que se enquadram nas regras da Portaria nº 288, de 2 de setembro de 2009, e pelos municípios que não o pre-encheram no período indicado no art. 19, § 3º, da Portaria nº 288, de 2 de setembro de 2009.

§1º O preenchimento do Termo de Aceite e Opção no pe-ríodo compreendido entre 7 e 20 de dezembro de 2009 prevalecerá sobre o realizado no prazo de que trata o art. 19, § 3º, da Portaria nº 288, de 2 de setembro de 2009.

§2º A lista dos municípios que poderão preencher o Termo de Aceite e Opção, conforme disposto no caput, estará disponível no sítio institucional do MDS na internet.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-blicação.

PATRUS ANANIAS

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
C.N.P.J Nº : 33.657.248/0001-89

BALANCETE PATRIMONIAL EM 31 DE OUTUBRO DE 2009

Em R\$ mil

ATIVO			PASSIVO		
	BNDES	CONSOLIDADO		BNDES	CONSOLIDADO
ATIVO CIRCULANTE	43.575.771	63.155.043	PASSIVO CIRCULANTE	16.132.697	14.473.951
DISPONIBILIDADES	48.995	69.035	DEPÓSITOS	3.556.537	3.556.537
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	1.976.069	1.976.069	Depósitos Interfinanceiros	3.216.479	3.216.479
Aplicações em Depósitos interfinanceiros	1.500.000	1.500.000	Depósitos especiais - FAT	339.845	339.845
Aplicações em operações compromissadas	466.911	466.911	Diversos	213	213
Aplicações - carteira de câmbio	9.158	9.158	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	414	414
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6.135.476	9.324.337	Recursos em trânsito de terceiros	414	414
Títulos Públicos	4.668.939	4.668.939	OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	266.183	311.081
Fundos do Banco do Brasil	1.253.848	2.700.590	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	6.620.653	4.423.011
Instrumentos financeiros derivativos	172.157	172.157	Empréstimos no país	361.068	361.068
Debêntures	40.727	184.642	Empréstimos no exterior	528.638	528.638
(-) Provisão para risco de crédito - Debêntures	(195)	(913)	Bônus	528.638	528.638
Ações, certificados de ações e bônus de subscrição	-	65.917	Repasse no país	4.674.397	2.476.755
Cotas de fundos de investimento	-	1.533.005	Tesouro Nacional	1.437.720	1.471.481
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	16.119.144	30.196.105	Controladas	2.231.403	-
Créditos vinculados	26	26	Fundo da Marinha Mercante	1.000.693	1.000.693
Repasse interfinanceiros	16.235.712	30.397.781	Outros	4.581	4.581
Recursos livres	15.906.715	30.068.784	Repasse no exterior - Instituições multilaterais	1.056.550	1.056.550
Recursos Fundo PIS/PASEP	328.997	328.997	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.822.005	4.316.003
(-) Provisão para risco de crédito	(116.594)	(201.702)	Fundos financeiros e de desenvolvimento	2.035.556	2.035.564
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	18.508.571	19.610.091	Fundo PIS/PASEP	1.465.737	1.465.737
Operações de crédito	18.909.999	20.030.757	Outros	569.819	569.827
Recursos livres	16.633.753	17.754.511	Impostos e contribuições sobre o lucro	750.569	918.366
Recursos Fundo PIS/PASEP	1.301.008	1.301.008	Obrigações por depósitos a apropriar	354.247	354.247